

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19: UMA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

**LUIZA GAVA ANDRÊZA¹, MARIA DEUCENY DA SILVA LOPES BRAVO
PINHEIRO², LORENA BORSOI AGRIZZI DE MATOS³**

¹ Graduanda do curso de direito da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim – FDCI; <https://orcid.org/0000-0003-1665-4650>.

² Pós-Doutoranda em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade de Coimbra; Professora da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim – FDCI, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Cachoeiro de Itapemirim – FACCACI e da Faculdade América; <https://orcid.org/0000-0002-4461-6814>.

³ Mestra em Cognição e Linguagem pela UENF; Professora na Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim – FDCI; Professora no Institutos Superiores de Ensino do Censa – ISECENSA e da Universidade Candido Mendes (UCAM – CAMPOS/RJ); <https://orcid.org/0000-0002-8158-9958>.

RESUMO

O direito à educação é positivado na Constituição Federal de 1988 como uma garantia fundamental, e além disso, também é um direito social, visto que está arrolado no artigo sexto da carta constitucional brasileira. Assim sendo, por estar inserido no rol dos direitos fundamentais, merece a mesma consideração desses para ter plena eficácia e aplicação imediata. Posto isso, a pandemia mundial causada pelo novo Coronavírus transformou totalmente a rotina dos estudantes e professores do ensino superior brasileiro. Nesse contexto, para evitar a contaminação da nova doença, os governos ao redor do mundo, inclusive do Brasil, determinaram emergencialmente o fechamento das instituições de ensino. Tendo em vista as medidas sanitárias adotadas, as faculdades e universidades tiveram de se adaptar rapidamente para atender às novas demandas trazidas pela pandemia, e como solução emergencial, adotaram o modelo de ensino remoto. A partir desse novo cenário, foi necessário repensar todo o processo de ensino e aprendizagem, assim como os métodos avaliativos, para que se ajustasse às restrições impostas pela crise sanitária causada pela Covid-19. Dentro dessa perspectiva, o presente artigo discute como o modelo de ensino remoto emergencial modificou a forma de desenvolver e estruturar o ensino superior e as diferentes percepções dos acadêmicos sobre esta nova modalidade de ensino. A pesquisa é resultante de uma análise bibliográfica e documental, pautada em diferentes pesquisas nacionais e internacionais envolvendo a temática, com enfoque especial, àquelas focadas no olhar dos discentes sobre esta nova realidade. Os resultados apontam similitudes e divergências entre as Instituições de Ensino Superior pública e privada, as formas de regulamentação e monitoramento das aulas remotas e as peculiaridades inerentes a cada IES, para garantir o direito à Educação.

Palavras-chave: Aulas Remotas; Covid-19; Ensino-aprendizagem; Ensino Superior; Pandemia.

THE TEACHING-LEARNING PROCESS IN TIMES OF PANDEMIC BY COVID-19: A PERCEPTION OF STUDENTS IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

The right to education is positive in the Federal Constitution of 1988 as a fundamental guarantee, and in addition, it is also a social right, since it is listed in article six of the Brazilian constitutional charter. Therefore, because it is inserted in the list of fundamental rights, it deserves the same consideration as those in to have full effectiveness and immediate application. That said, the global pandemic caused by the new Coronavirus totally transformed the routine of students and teachers of Brazilian higher education. In this context, to avoid contamination of the new disease, governments around the world, including Brazil, have urgently ordered the closure of educational institutions. In view of the sanitary measures adopted, the colleges and universities had to adapt quickly to meet the new demands brought by the pandemic, and as an emergency solution, they adopted the remote teaching model. From this new scenario, it was necessary to rethink the whole teaching and learning process, as well as the evaluative methods, in so that it would adjust to the restrictions imposed by the health crisis caused by Covid-19. Within this perspective, this communication aims to expose how the emergency remote teaching model modified the way of developing and structuring higher education and the different perceptions of academics about this new modality of teaching. The research is the result of a bibliographic and documentary analysis, based on different national and international research involving the theme, with a special focus, to those focused on the students perspective on this new reality. The results indicate similarities and divergences between public and private higher education institutions, the forms of regulation and monitoring of remote classes and the peculiarities inherent to each institutions of high education, to guarantee the right to education.

Keywords: Covid-19; Higher Education; Pandemic; Remote Classes; Teaching and Learning.

1 INTRODUÇÃO

O direito à educação ocupa espaço nas constituições escritas ao redor do mundo, e no caso brasileiro não é diferente. Dessa forma, dentro do Título II da Constituição Federal (1988) - “Dos direitos e garantias fundamentais”, a educação está arrolada no sexto artigo, que faz parte do Capítulo II, como um direito social. Dentro disso, é importante destacar que o acesso ao ensino é uma garantia fundamental do indivíduo e por isso, como destaca Soares (2010), essa norma deve ser interpretada igualmente às outras que compõem esse rol dos direitos fundamentais, pois possui eficácia plena e aplicação imediata.

Desse modo, a pandemia causada pelo Covid-19 colocou para o corpo social, em termos mundiais, uma nova realidade na garantia do direito à educação, notadamente no momento em que as aulas presenciais foram suspensas. Nesse cenário, uma nova conjuntura

passou a ser aplicada no cotidiano escolar. A partir do uso de novas tecnologias de educação, a sala de aula física foi temporariamente substituída pelas aulas remotas, assim a tela do computador e do celular tornaram-se “salas de aulas”, porém em ambiente virtual.

Sem dúvidas, esta nova realidade causou impactos para a Educação Escolar vivida pelas pessoas em diferentes países. A crise sanitária revelou as mazelas sociais existentes ao redor do mundo e no cenário brasileiro não foi diferente. Para Flores *et al.* (2021), a pandemia afetou, drasticamente, o campo da educação, pois houve a necessidade de uma transição rápida e completa no sistema de ensino, assim como promoveu também o repensar das formas de aprendizagem e avaliação no contexto do ensino de nível superior. Para a autora, o ensino remoto, no formato online, foi visto como a alternativa mais viável, uma resposta imediata e bem pensada, mesmo com seus percalços e limitações, para dar prosseguimento ao aprendizado, mesmo no contexto de paralisação por conta da pandemia. Ressalta porém, que esta medida não se desdobrou uniformemente, pois dependeu de meios disponíveis para sua realização.

Flores *et al.* (2021) dissertam ainda que o desequilíbrio sanitário provocado pelo coronavírus apanhou o Ensino Superior de surpresa, pois mesmo que muitas instituições de ensino tivessem a percepção do uso das metodologias educacionais online antes da crise, somente um número bem limitado possuía essa oferta de recursos disponíveis. Em contribuição, Dias e Pinto (2020) lecionam sobre a percepção das desigualdades afloradas pela pandemia no âmbito acadêmico superior, dentro do cenário brasileiro, visto que não há uma singularidade de acesso por todos em relação às plataformas de aprendizagem.

Ao corroborar-se com Flores *et al.* (2021), destaca-se algumas preocupações e alguns aspectos relevantes ao estudo da educação superior em tempos de crise sanitária da Covid-19. Desse modo, salienta-se a) a preocupação em relação a adaptação e com o modelo de avaliação aplicados pelas faculdades e universidades, b) um aspecto negativo a ser apontado é em relação aos atrasos e as perdas no que tange aos estágios, ofertas de empregos, e também com a questão da efetividade da aprendizagem no modelo remoto e c) há uma certa preocupação relacionada ao controle sócio emocional dos estudantes que tem sido apontado como insuficiente. Assim, mesmo com estudos que se voltam para os efeitos que a pandemia do Coronavírus causam no campo do ensino superior, a concepção dos universitários sobre o processo de ensino e aprendizagem ainda é um tema pouco explorado.

Dentro dessa discussão, o objetivo principal do presente artigo é discutir como o modelo de ensino remoto modificou a forma de pensar e planejar a educação superior e a

concepção dos estudantes sobre essa nova modalidade educacional adotada. O principal propósito é avaliar a opinião dos estudantes em relação ao uso das ferramentas utilizadas para as aulas remotas. Assim, é fundamental questioná-los a respeito do processo de adaptação deles em relação às ferramentas adotadas nessas aulas.

O estudo faz uso dos dados divulgados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim (FDCI), em agosto de 2020, envolvendo a participação de 334 acadêmicos do curso de direito da referida Faculdade. Esta Comissão é responsável por conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É importante salientar que a coleta de dados foi feita por meio de questionários on-line.

Em comparação, buscou-se fundamentos na pesquisa desenvolvida por Flores *et al.* (2021), realizada com a cooperação de 2718 estudantes de diversas instituições de ensino superior de todas as regiões de Portugal, matriculados em vários cursos superiores, sendo eles: Engenharia, Educação, Medicina, Psicologia e Direito. Com esses dados, foi possível estabelecer comparações que nos permitem um olhar crítico e diferenciado dos discentes em relação às dinâmicas das aulas remotas neste período pandêmico.

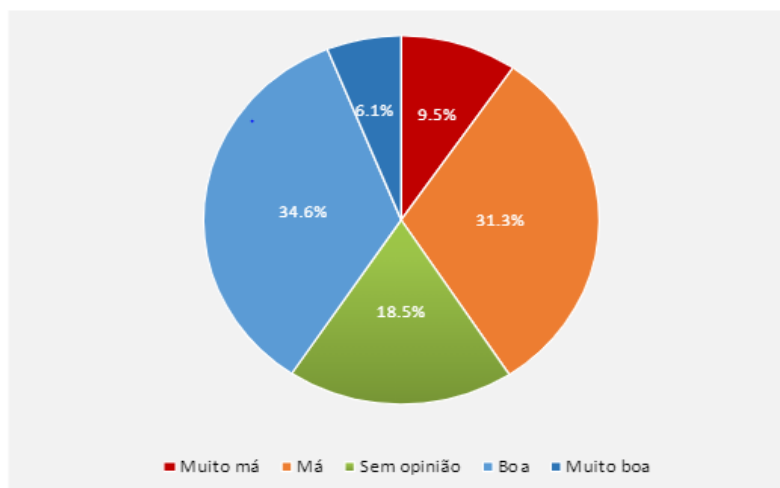
A metodologia utilizada, quanto a sua natureza, é aplicada, pois tem por objetivo gerar conhecimentos para a aplicação prática (GIL, 2008). Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, de acordo com a relação dinâmica existente entre o mundo real e o sujeito. No que se refere aos seus objetivos, é caracterizada como pesquisa descritiva, pois tem por foco apresentar as características de determinada população ou fenômeno. Quanto aos procedimentos técnicos, para o referencial teórico, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, por meio de estudos relacionados à temática do ensino remoto como solução imediata em tempos de pandemia. Dessa forma, há também a apresentação e comparação de pesquisas quantitativas realizadas em duas realidades distintas.

2 FREQUÊNCIA E ADAPTAÇÃO DOS ESTUDANTES AO SISTEMA REMOTO DE ENSINO

Dispõe-se aqui dos resultados apresentados durante a realização do presente estudo. Em primeiro lugar, de acordo com as percepções dos estudantes de cursos superiores, no que tange a experiência e aprendizagem em formato on-line e à distância, Flores *et al.* (2021)

observam que as opiniões dos estudantes ficam divididas. Sendo assim, 40,7% definem como boa ou muito boa a adaptação ao ensino e aprendizagem durante o distanciamento social e 40,8% dos pesquisados definem a experiência como má ou muito má, tal fato é destacado pelo Gráfico 1 apresentado.

GRÁFICO 1 – Avaliação da experiência do Ensino On-line

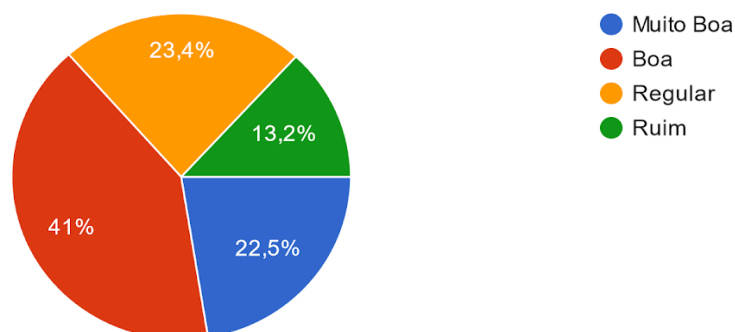


Fonte: Flores *et al.* (2021)

Como justificativa no que tange a má adequação dos discentes, Flores *et al.* (2021) destacam a escassez de condições e recursos necessários, assim como a falta de orientação e acompanhamento entre alunos e professores para o apoio e desenvolvimento do processo de aprendizagem, no contexto pandêmico.

Em paralelo, no inquérito realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim - FDCI, ao serem indagados acerca de sua participação nas aulas remotas, os discentes da instituição, majoritariamente, afirmaram que consideram boa a sua presença e com isso, representam 41% do total de respostas coletadas. Por outro lado, ainda nesse ponto, há uma polarização entre os alunos que consideram sua presença muito boa (22,5%) e regular (23,4%) e percebe-se também que a minoria, ou seja 13,2% dos entrevistados, consideram ruim sua participação nas aulas remotas, como pode ser visto no Gráfico 2 demonstrado a seguir.

GRÁFICO 2 – Participação dos estudantes nas aulas remotas



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2020)

A autoavaliação é uma aprendizagem experiencial que compromete a pessoa por inteiro, proporcionando ao estudante condições de se questionar e de se surpreender com as aprendizagens adquiridas. Pelo caráter reflexivo que proporciona, permite uma ponderação sobre a ação educativa desenvolvida e o aperfeiçoamento da prática pedagógica, resultando em alternativas para preencher as lacunas existentes no processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, com a comparação entre os dois gráficos aqui analisados, se pode perceber que há uma polarização entre a adaptação e a não-adaptação dos alunos na modalidade de classes remotas. Porém, em contrapartida, quando se trata da frequência e participação das aulas tem-se uma porcentagem considerável e positiva dos estudantes da instituição de ensino FDCI. Isso pode ser explicado pelo fato de que mesmo observadas as dificuldades de acomodar-se à nova realidade é possível que se tenha uma maior interação quando a instituição toma conhecimento dessas dificuldades e passa a ter uma discricionariedade para atender as necessidades dos alunos que contratam seu serviço educacional. Sendo assim, como destacam Flores *et al.* (2021) a possibilidade de gravação das aulas e de um maior acesso aos conteúdos de forma mais autônoma facilita a participação e também a adaptação ao novo modelo.

3 A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE AVALIAÇÕES APLICADO AO MODELO REMOTO DE ENSINO

A percepção do acadêmico sobre o seu processo de construção de conhecimento significa a trajetória do aprendiz. Dentro dessa categoria, importa conhecer as limitações que os estudantes encontram diante do desafio do ensino remoto de forma geral, para compreender sua percepção com relação ao processo de avaliação da aprendizagem. O ensino

remoto implica uso de tecnologia e, embora as IES tenham definido que tecnologia usar, é interessante que os estudantes conheçam ou possuam ferramentas para acompanhar as aulas, sob o risco de exclusão de boa parte deles (GUSSO *et al.*, 2020).

Os estudos de Flores *et al.* (2021), representados na Tabela 1, apresentam os recursos e as condições que os estudantes possuem para realizar a operacionalização do ensino em seu modelo à distância. Sendo assim, percebeu-se que 96,9% dos pesquisados possuem como recursos o computador próprio, e a minoria dos estudantes, o que corresponde a 4,6%, tiveram a necessidade de pegar em empréstimo um computador ou tablet para que fosse possível acompanhar as aulas *on-line*. Nota-se também que 96% dos discentes possuem conexão à internet em suas residências e no que se alude às condições adequadas para estudos, 47,7% dos entrevistados afirmam que possuem espaço e outros requisitos necessários para uma rotina estudantil adequada.

TABELA 1 – Recursos e condições de operacionalização do estudo em modelo remoto

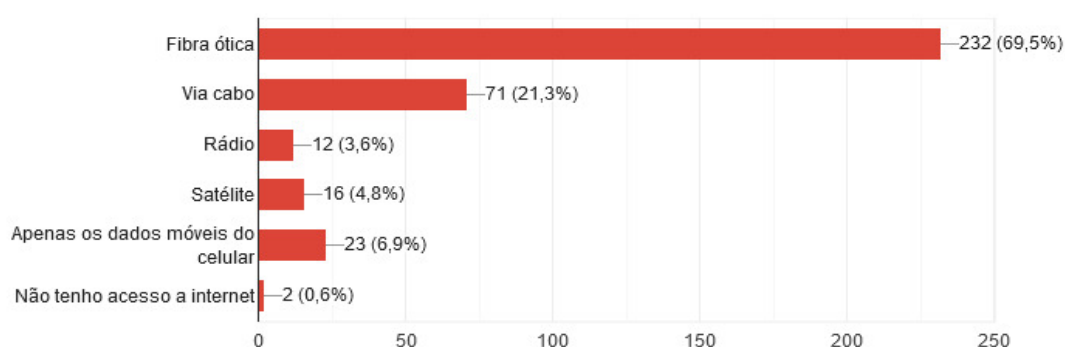
Itens	F	%
Possui computador próprio para aprendizagem?		
Sim	2633	96.9
Não	52	1.9
Não responde	33	1.2
Teve de pedir emprestado computador ou Tablet para seguir as aulas online?		
Sim	125	4.6
Não	2536	93.3
Não responde	57	2.1
Possui internet em casa para a aprendizagem online?		
Sim	2610	96.0
Não	39	1.5
Não responde	69	2.5
Possui condições adequadas em casa para o aprendizado online?		
Sim	1298	47.7
Não	162	6.0
Mais ou menos	1176	43.3
Não responde	82	3.0
Total	2718	100.0

Fonte: Flores *et al.* (2021)

As aulas remotas requerem não somente equipamentos de informática, mas também o acesso à Internet de qualidade. Dos dados obtidos na pesquisa promovida pela Comissão

Própria de Avaliação da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, a maioria (69, 5%) faz o uso da rede de internet em fibra óptica, que tem se tornado cada vez mais popular entre os usuários. A segunda rede utilizada é a internet via cabo, que corresponde a 21,3% dos estudantes entrevistados. O restante dos analisados, por sua vez, dividem-se em outras três modalidades de rede de conexão, sendo elas, rádio (3,6%), satélite (4,8%) e apenas os dados móveis do aparelho celular (6,9%). Por último, salienta-se ainda que 0,6%, ou seja, dois discentes, não dispõem-se de acesso à internet.

GRÁFICO 3 – Modalidade de redes de conexão à internet utilizadas por estudantes

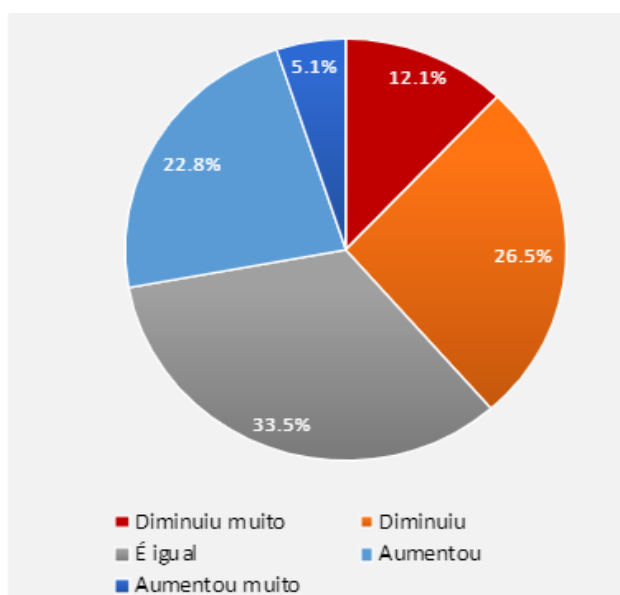


Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2020)

Nesse sentido, tendo em vista os gráficos e a tabela apresentada, é possível perceber que a maioria dos estudantes possuem os recursos necessários, principalmente dispositivos e acesso a internet, para acompanharem o desenvolvimento das atividades acadêmicas remotamente. Porém, mesmo sendo minoria, há discentes em que se verifica alguma espécie de deficiência em relação ao acesso e participação nas aulas remotas que devem ser levados em consideração. Isso, pois a educação, sendo interpretada como um direito de todos, deve ser promovida para atender também às necessidades e os anseios da parte minoritária que sofre com a falta de recursos para o ingresso nas classes e discussões universitárias à distância em tempos de pandemia.

Em continuidade, no que se refere à percepção dos alunos em relação às avaliações realizadas de forma remota em comparação com o modelo presencial, o inquérito realizado por Flores *et al.* (2021) revelam que a diversidade dos instrumentos utilizados para execução das atividades avaliativas provas permaneceu sem grandes mudanças, conforme Gráfico 4 apresentado a seguir.

GRÁFICO 4 – Diversidade de ferramentas utilizadas no processo de avaliação remota

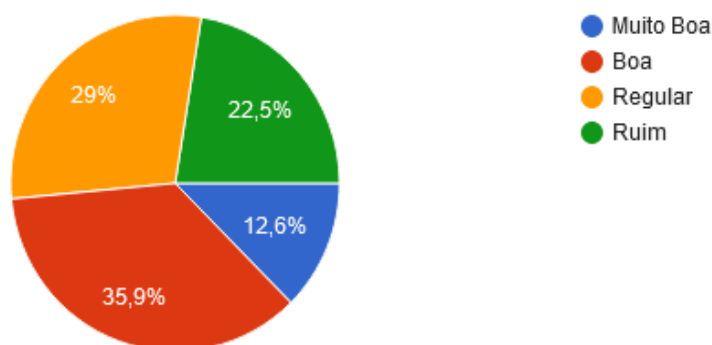


Fonte: Flores *et al.* (2021)

Como pode ser notado, a maioria dos estudantes, 38,6%, responderam que houve uma diminuição (diminuiu ou diminuiu muito) em relação a variedade na forma de avaliação. Já os 27,9% restantes indicaram um aumento em relação às ferramentas avaliativas apresentadas pelos professores (FLORES *et al.* 2021).

Em corroboração, no que tange à qualidade das atividades e avaliações propostas, o estudo realizado pela CPA da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim diagnosticou que a qualidade dos exercícios desenvolvidos é avaliado positivamente (muito bom e bom), sendo considerado por 48,5% dos entrevistados. Dessa forma, 22,5% dos acadêmicos avaliaram o sistema avaliativo da instituição como ruim e 29 % acreditam que o modelo é regular e atende de forma razoável às suas necessidades avaliativas, conforme apresentado no gráfico 5 a seguir:

GRÁFICO 5 – Qualidade dos exercícios e avaliações aplicados aos estudantes



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2020)

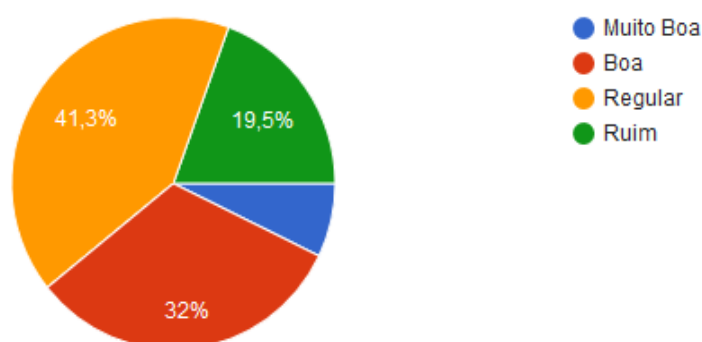
Dentro dessa análise, para os alunos participantes da pesquisa promovida por Flores *et al.* (2021), não houve melhoria e nem queda nas metodologias de avaliação empregadas pelos professores. Em contrapartida, no que tange a qualidade dos exercícios e avaliações aplicadas aos discentes da FDCI, de acordo com a pesquisa promovida pelo CPA, tem obtido uma aceitação positiva pela maior parte dos alunos, que corresponde a 48,5%. Assim sendo, com os percalços encontrados nessa nova realidade educacional, as opiniões relacionadas aos métodos de ensino e avaliações dividem-se. Porém, não se deve perder de vista que inovar nas atividades aplicadas é necessário, pois como destaca Flores *et al.* (2021), nas avaliações remotas há uma maior chance de fraude do que ocorre nas presenciais.

4 AS PRINCIPAIS DIFICULDADES E AS PERCEPÇÕES RELATADAS PELOS ESTUDANTES DURANTE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM REMOTO

A avaliação e compreensão do processo de constituição do conhecimento pelo estudante tem como significado o caminho do aprendizado. Dentro desse contexto, como dispõe Appenzeller *et al.* (2020), é fundamental garantir a igualdade de acesso para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem dentro dos moldes do ensino remoto. Para isso, é necessário que a IES escute os alunos no que diz respeito às dificuldades encontradas por ele, para que dessa forma a faculdade tenha sucesso nessa estratégia pedagógica.

Sendo assim, no inquérito realizado pela Comissão Própria de Avaliação da FDCI, os alunos foram questionados a respeito da qualidade da metodologia adotada pelos professores da instituição. Em resposta, a maioria dos discentes, ou seja 41,3%, avaliaram os métodos adotados como regular, já 19,5% dos entrevistados consideraram ruim os procedimentos utilizados pelos docentes. A avaliação positiva dos universitários girou em torno de 39, 2%, sendo que 32% desses avaliaram as técnicas como “boa” e 7,2% como “muito boa”. Isso pode ser verificado de acordo com o exposto no Gráfico 6:

GRÁFICO 6 – Avaliação da metodologia adotada pelos docentes



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2020)

De acordo com o estudo de Flores *et al.* (2021), quando os estudantes são questionados sobre a sua experiência com os recursos pessoais e a gestão do ensino e aprendizagem na modalidade remota, 75.6% dos discentes se referem ao cansaço e 70.9% ao estresse. E, apesar de 64.2% desses alunos reconhecerem que possuem acesso aos recursos e dispositivos necessários para essa modalidade de ensino, somente 23.9% afirmam sentir-se confortável com o ensino remoto e 17.4% dos estudantes responderam que estavam motivados com essa nova perspectiva, como mostrado na tabela 2:

TABELA 2 – Percepção relacionada aos recursos internos e o contexto do ensino remoto

Itens	%
Sinto-me cansado/a	75.6
Sinto-me estressado/a	70.9
Tenho acesso aos recursos que necessito para o ensino à distância	64.2
Sinto-me receoso/a	63.4
Estou a lidar bem com o ensino à distância	33.8

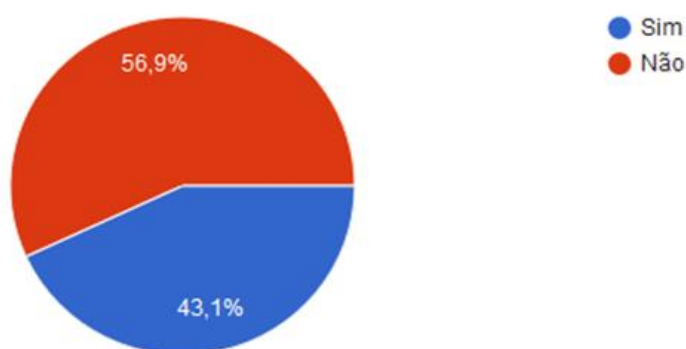
Sinto-me confortável com o ensino à distância	23.9
Sinto-me motivado/a.	17.4

Fonte: Flores *et al.* (2021)

Desse modo, é possível observar no estudo realizado pela CPA que apesar do esforço por parte dos docentes em adotar metodologias para esse período de aulas à distância, os estudantes, em sua maioria, declaram esse métodos como regulares. Dessa maneira, infere-se que não há uma satisfação por parte dos universitários em relação à essas técnicas de ensino-aprendizagem que vem sendo adotadas pelos professores. Em comparação, na pesquisa apresentada por Flores *et al.* (2021) a maioria dos alunos demonstram-se cansados e saturados com o ensino online. Assim, destaca-se que é fundamental conciliar entre a instituição e os discentes uma metodologia e organização das aulas remotas, para que nem os educandos e nem os educadores sintam-se sobrecarregados neste período de construção da aprendizagem no ambiente online.

Com a pandemia e a nova realidade de ensino adotada pelas faculdades e universidades, nota-se algumas dificuldades enfrentadas pelos alunos durante esse processo de aprendizagem dos conteúdos. Nesse sentido, a Comissão Própria de Avaliação da FDCI, na tentativa de identificar o aproveitamento dos alunos em relação às disciplinas lecionadas, inquiriu os discentes da seguinte maneira: “Você tem assimilado a matéria dada e com isso, gerado novos conhecimentos?”. Partindo desse questionamento, como visto no gráfico 7, a maioria das respostas, o equivalente a 56.9% dos estudantes, responderam negativamente, já os 43.1% concordam positivamente com a pergunta realizada.

GRÁFICO 7 – Percepção dos estudantes em relação a assimilação de conteúdo



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2020)

Em contrapartida, ao analisar os dados da Tabela 3, a seguir, desenvolvida por de Flores *et al.* (2021), é possível perceber que a maior dificuldade levantada pelos universitários foi a respeito da concentração, o que corresponde a 72.7% dos inquiridos. Em segundo lugar, outros percalços indicados pelos estudantes foram a gestão do tempo (66.0%) e a também a organização em relação à execução das tarefas e trabalhos solicitados, o que corresponde a 65.9% dos investigados. Assim, dentre as dificuldades menos reconhecidas pelos discentes destacam-se: a falta de apoio por parte do docente (43.9%), responder às solicitações realizadas pelos professores (43.0%), falta de apoio por parte da instituição (36.6%), seguir e respeitar o cronograma de horários das aulas *on-line* (35.5%) e por último, a falta de equipamentos adequados para o ensino e aprendizagem *on-line* (18.2%).

TABELA 3 – Dificuldades sentidas pelos discentes

Itens	%
Concentrar-me	72.7
Gerir o tempo	66.0
Gerir as tarefas/trabalhos que me são solicitados	65.9
Falta de apoio por parte dos professores	43.9
Responder às solicitações dos professores	43.3
Falta de apoio por parte da instituição	36.6
Respeitar os horários das aulas <i>on-line</i>	35.5
Falta de equipamento adequado para o ensino e aprendizagem <i>on-line</i>	18.2

Fonte: Flores *et al.* (2021)

Dessa maneira, mesmo com as aulas em modalidade remota e com o andamento do conteúdo proposto pela grade curricular de cada curso superior, é possível notar, por meio dos dados, que há sim uma grande dificuldade em acompanhar essa proposta emergencial de modelo educacional. Nessa perspectiva, é necessário que as universidades levem em consideração a carga de atividades e avaliações solicitadas pelo docente, a disciplina dos alunos em relação ao acompanhamento das aulas remotas e a dificuldade de concentração, visto que no ambiente domiciliar há muito mais distrações do que dentro da sala de aula física. Assim sendo, no momento em que a instituição passa a entender a realidade de seus estudantes e apoiá-los dentro de suas necessidades com ofertas de melhoria, há um melhor desempenho e aproveitamento do processo de ensino aprendizagem no modelo educacional remoto.

5 BREVES DISCUSSÕES ACERCA DO DIREITO À EDUCAÇÃO E O CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO ESTUDADAS

O direito à educação está arrolado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 como uma garantia social, e mais, também é considerado fundamental para o desenvolvimento de uma vida cidadã. Dentro dessa discussão, mesmo com os percalços atravessados por conta da pandemia do novo Coronavírus, como por exemplo instabilidade ou falta de conexão com a internet, escassez de dispositivos para realizar as atividades acadêmicas e também a falta de local apropriado para assistir as aulas *on-line*, esse direito continua a ser garantido, tendo em vista que muitas instituições de ensino, principalmente as privadas, se adaptaram à nova realidade.

Nessa prospecção, cabe destacar que a apresentação dos dados está voltada para a vivência das instituições de ensino privadas. É importante que tome-se conhecimento do contexto no qual a faculdade/universidade está inserida, pois somente assim é possível compreender a realidade vivida por ela durante a pandemia da Covid-19. A partir dessa observação, a IES em discussão é a Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim. Desse modo, trata-se de uma instituição de ensino privada que atende somente o curso de graduação em Direito e é tradicionalmente conhecida na região do sul do estado do Espírito Santo, tendo em vista que atua há mais de 54 anos na formação de juristas. Dessa forma, a faculdade, que até o início de 2020 funcionava totalmente em moldes presenciais, teve de se reinventar para continuar suas atividades e atender os seus estudantes e docentes.

A partir dessa nova realidade, a Comissão Própria de Avaliação, com o objetivo de analisar o desenvolvimento dos docentes em relação aos professores e aulas ministradas nesse período de ensino remoto presencial, passou a ter mais contato com os discentes por meio de formulários de pesquisas que deveriam ser respondidos por esses. Assim sendo, o modelo adotado foi o ensino em modalidade remota, com aulas ao vivo que seguem o horário padronizado pela coordenação do curso e são ministradas pelos docentes na plataforma *google meet*. Com isso, o modelo de avaliação também teve de ser alterado e reformulado. Nesse caminho, também foi necessário a realização de cursos, reuniões e capacitações com os professores da instituição para que estes pudessem se familiarizar com o novo modelo de aula e também para inovarem nas metodologias de ensino e avaliação.

Na pesquisa realizada pela CPA da FDCI, os estudantes avaliaram que os professores têm desempenhado um bom trabalho em relação aos exercícios propostos e reconhecem o

empenho dos docentes no que tange a apresentação de materiais e das aulas fornecidas. Já nos estudos de Flores *et al* (2021), por sua vez, os estudantes analisados afirmaram que as avaliações e os exercícios propostos pelos docentes das IES portuguesas não atenderam às expectativas. Nessa condição, é de fundamental relevância que as instituições de ensino invistam na capacitação de professores e que cada IES elabore uma manual de boas práticas orientando as técnicas de postagem de atividades e materiais nas plataformas aderidas.

Portanto, percebeu-se que há uma necessidade das coordenações pedagógicas das IES manterem-se em comunicação com os discentes para atendê-los dentro de suas necessidades, garantindo o direito à educação e ofertando um ensino de qualidade que favoreça a cidadania, a equidade, a inclusão social e a coesão territorial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, é irrefutável o fato de que a pandemia do novo Coronavírus trouxe mudanças drásticas e imediatas para a educação, não só no Brasil, mas também em nível mundial. Desse modo, mesmo diante do cenário de crise, é imprescindível que o direito à educação, assentado constitucionalmente como garantia fundamental, seja resguardado e garantido. Como forma de assegurar tal direito, a adoção das aulas remotas é pautada na ideia de interação entre alunos e professores que devem seguir os mesmos horários em relação aos que ocorreriam as aulas presenciais, sendo o maior objetivo desse modelo reproduzir a rotina da sala de aula física no ambiente virtual.

Diferentemente, o Ensino à Distância se baseia no processo de aprendizagem ocorrido totalmente em ambiente virtual sem a necessidade da presença de professores para ministração das aulas. À vista disso, para se adaptar à nova realidade, a Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, as Instituições de Ensino Superior pesquisadas por Flores *et al*. (2021), investiram no sistema remoto de emergência a fim de assegurar o acesso ao aprendizado.

A adoção de uma concepção democrática da educação se manifesta por meio do diálogo. Nesse contexto, destacamos a importância das IES desenvolverem a capacidade de escuta e negociação, envolvendo alunos, professores e toda comunidade acadêmica. Isso contribui para a validade das ações propostas, particularmente porque promove o contato direto com seus interlocutores e o comprometimento de todos, que estarão colaborando e usufruindo de um processo educativo com maior igualdade e equidade de oportunidades.

Dessa forma, é possível garantir o direito de acesso à educação mesmo tendo em vista o momento atual de crise sanitária, marcado pela Covid-19.

7 REFERÊNCIAS

APPENZELLER, Simone; MENEZES, Fábio Husemann; DOS SANTOS, Gislaine Goulart; PADILHA, Roberto Ferreira; GRAÇA, Higor Sabino Graça; BRAGANÇA, Joana Fróes. Novos tempos, novos desafios: objetivos para equidade de acesso ao ensino remoto emergencial. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/9k9kXdKQsPSDPMsP4Y3XfdL/?lang=pt&format=html>>.

Acesso em: 03 out. 2021.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]**. 2020, v. 28, n. 108, pp. 545-554. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>>. Acesso em: 01 set. 2021.

FLORES, Maria. Assunção; VEIGA SIMÃO, Ana. Margarida; BARROS, Alexandra.; FLORES, Paulo; PEREIRA, Diana; FERNANDES, Eva Lopes.; FERREIRA, Paula Costa; COSTA, Luís. Ensino e aprendizagem à distância em tempos de COVID-19: um estudo com alunos do Ensino Superior. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [S. l.], v. 55, p. e055001, 2021. DOI: 10.14195/1647-8614_55_1. Disponível em: <<https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/9189>>. Acesso em: 1 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Eitora Atlas. 2008.

GUSSO, Hélder Lima; ARCHER, Aline Battisti; LUIZ, Fernanda Bordignon; SAHÃO, Fernanda Torres; DE LUCA, Gabriel Gomes; HENKLAIN, Marcelo Henrique Oliveira; PANOSSO, Mariana Gomide; KIENEN, Nádia; BELTRAMELLO, Otávio; GONÇALVES, Valquiria Maria. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

SEMINÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO SOBRE AS AULAS REMOTAS. Comissão Própria De Avaliação Da Faculdade De Direito De Cachoeiro De Itapemirim. **Resultado da pesquisa de avaliação sobre aulas remotas**. Cachoeiro de Itapemirim: CPA/FDCI, jun. 2020.

SOARES, Dilmanoel de Araújo. O direito fundamental à educação e a teoria do não retrocesso social. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 47, n. 186, p. 291-301. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198687/000888837.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=En%2D%20tre%20as%20primeiras%2C%20pode,VI%2C%20e%20artigo%203o%2C%20inciso>. Acesso em: 01 out. 2021.